

Apontamentos sobre as práticas de leitura: do *Livro de areia* à “sopa de letras luminosas”

Imara Bemfica Mineiro
Juliana do Couto Bemfica
Ana Maria Pereira Cardoso

RESUMO

O artigo discute os movimentos de escrita e de leitura. Reflete sobre as mudanças decorrentes da internet e da hipermídia, cujos fatores principais seriam o concurso de recursos auditivos, visuais e a hipertextualidade e cujo resultado seria o borramento entre autor-leitor-editor, a evanescência da obra e a multiplicidade de sentidos envolvidos.

PALAVRAS CHAVE: Práticas de leitura. Tecnologias de escrita e leitura. Literacia digital.

1 Introdução

Borges conta a história do de um livro infinito que, como a areia, não tem princípio nem fim. Suas páginas estão dispostas em uma numeração aleatória indicando para a circunstância de que, na condição de uma série infinita, não importa em que lugar estamos. As ilustrações e os textos que são lidos ocasionalmente no *Livro de Areia* dificilmente voltarão a ser encontrados, dadas as infinitas possibilidades de combinação que tornam improvável a formação de uma mesma imagem.

O antigo livro sagrado, trazido dos confins do Oriente, infinito e vulnerável como a areia, realiza-se como livro propriamente apenas no instante de sua leitura, imediatamente após a qual se desfaz em novas combinações. Por mais antigas e longínquas que sejam suas origens, o *Livro de Areia* nos instiga a pensar também nos suportes e tecnologias de escrita e de leitura contemporâneas. Textos que remetem a outros textos, que se inserem como hipertextos e estão disponíveis em quantidades inumeráveis, organizando-se arbitrariamente conforme o termo de busca.

Este trabalho não tem como proposta identificar as continuidades e similaridades entre as práticas, concepções e tecnologias de leitura, escrita e disposição dos textos, desde a Antiguidade ao terceiro milênio, desde o *Livro de Areia* às Letras Luminosas. De maneira mais singela, a idéia é pontuar algumas questões acerca dessas tecnologias e práticas, e dos percursos que assumem ao longo do tempo envolvendo, com isso, problemáticas maiores que passam, por exemplo, pelo registro e pelo trânsito do conhecimento.

2 A Palavra escrita

Segundo Ong (1986) a invenção da escrita alfabética foi a mais importante inovação introduzida na vida humana, devido às inúmeras consequências que dela surgiram. De fato, nos séculos seguintes à sua introdução, foi possível desenvolver o pensamento lógico e a racionalidade que desembocaram no pensamento científico com suas inumeráveis conquistas, sendo a de maior impacto, nos anos recentes, as tecnologias de informação e comunicação.

Acompanhar o percurso histórico das técnicas e tecnologias do registro da palavra nos leva a uma ciranda de inovações sucessivas, que têm a sua causa inicial na metodologia de transcrição dos sons em sinais replicáveis. O mesmo autor identifica quatro fases marcantes na história dos registros da humanidade: a da oralidade, a quirográfica, a tipográfica e a eletrônica, cada uma delas modelando as possibilidades epistêmicas de seu tempo.

O surgimento do alfabeto foi o que possibilitou o registro das conquistas, avanços e desastres que marcam a História. O

primeiro registro conhecido, fruto da elaboração manual dos sumérios, foi encontrado na Mesopotâmia com data aproximada em 3.500 a.C. Já o alfabeto primordial, do qual derivam todas as demais formas de escrita alfabética, foi inventado pelos semitas por volta de 1500 a.C. Ao isolar e atribuir marcas para o som das palavras, transformando-os em sinais gráficos reproduzíveis, o homem conseguiu separar o fato de seu relato, garantindo sua permanência e deslocamento, independentemente do espaço e do tempo. Ou seja, possibilitou a separação inicial entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido.

Com o registro dos discursos em textos e o desenvolvimento subsequente da lógica, a retórica perdeu consistência e espaço no processo cognitivo. A palavra registrada permite ao sujeito retornar e retomar vezes sem conta os enunciados, ponderando, reformulando, questionando, aceitando ou recusando as idéias e pensamentos expostos. A forma linear da enunciação possibilitada pela escrita conduziu a um paradigma cognitivo do enunciado seqüencial e objetivo que se tornou predominante nas sociedades modernas, cada vez mais dependentes da racionalidade científica. O registro dos bons costumes, da moral e da ética, das leis e dos bens ampliou os mecanismos de controle e gestão, tanto no âmbito das sociedades quanto dos indivíduos.

À medida que a palavra escrita cresceu em importância para a organização das sociedades, a redação manuscrita de textos mostrou-se incapaz de atender às necessidades sociais. Impôs-se um desdobramento que veio na figura dos tipos móveis, origem da imprensa, que com os muitos avanços tecnológicos posteriores fizeram do mundo contemporâneo uma cultura essencialmente dependente das narrativas e registros escritos.

A cultura tipográfica imprimiu sua marca na sociedade humana como um todo. O acesso a grandes quantidades de livros impressos modelou a crença no infundável progresso e acúmulo do conhecimento e treinou o exercício da comparação crítica de diferentes versões de uma mesma informação.

Escrita e leitura são processos indissociáveis, na medida em que uma existe em relação estreita com a outra. Deste modo, a tecnologia necessária ao exercício da primeira influi sobre a prática da segunda, determinadas ambas pelos recursos materiais utilizados. Assim, a gravação em pedra ou barro limita a extensão do texto e presta-se, sobretudo, ao registro pontual. A invenção do papiro, do pergaminho e dos instrumentos de marcação (pincel, estilete, tintas) acrescentou possibilidades e abriram espaços a serem preenchidos por tratados filosóficos e jurídico-políticos, poemas e narrativas, estórias a serem encenadas e lidas coletivamente.

Na Idade Média europeia, a atividade da escrita e da leitura manteve-se confinada aos espaços dos mosteiros e abadias, e o

evangelho e as escrituras sacras predominaram sobre os textos profanos. Os códices¹, com proporções capazes de registrar textos longos, eram de difícil manipulação e sua leitura exigia aparadores, mesas ou estantes, onde, frequentemente, permaneciam acorrentados.

A literatura relata que até meados do século XVIII, a prática da leitura, já então em livros impressos, era uma atividade social exercida coletivamente, e um leitor lia em voz alta textos, quase sempre religiosos, mesmo em comunidades alfabetizadas. Somente a partir do final desse século, com o barateamento do papel feito a máquina e a invenção de prelos a vapor a produção de objetos impressos pode ser ampliada. Folhetins, panfletos e jornais originaram uma massa de leitores e, concomitantemente, aumentaram o número de autores, de editores e de operários gráficos. O texto impresso sedimentou-se em nossa cultura e demandou toda uma tecnologia para transmissão de conhecimentos e promoção de entretenimento.

No século XIX, a palavra impressa em livros, cada vez mais portáteis, ganhou a preferência das sociedades, sobretudo nos salões da nobreza e da burguesia, onde escritores e poetas eram reverenciados da mesma forma que os bardos da antiguidade. Livros provocavam mudanças e sua importância é comprovada nos muitos processos e julgamentos em que o réu, mais do que uma pessoa, era a autoria de textos que questionavam as práticas e os costumes vigentes.

O desenvolvimento das tecnologias de escrita e leitura não diminuiu nos anos subsequentes: os suportes dos textos ganharam maior portabilidade, as impressoras adquiriram maior rapidez e potência de impressão, ao mesmo tempo em que o avanço das formas de transporte ampliou as possibilidades de distribuição de materiais impressos.

O surgimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na segunda metade do século XX revolucionou a relação da humanidade com a palavra escrita. As TIC modificaram completamente a relação com o texto: as letras encontram-se dispostas em teclados nos quais a habilidade de manejo requerida não ultrapassa o simples apertar de botões; o texto apresenta-se em uma tela que se oferece ao olhar a partir de milhões de pontos luminosos que a destacam fortemente de todo seu entorno; as ferramentas (*software*) que fazem o funcionamento da máquina permitem uma interação fragmentada de idas e vindas para correções e alterações sem limites; ilustrações, atalhos e aceleradores presentes na memória da máquina auxiliam a escrita colocando à disposição elementos previamente determinados por aqueles que prepararam a ferramenta.

Também o processo de leitura se tornou diverso. Em primeiro

¹ Por volta dos sec. III ou IV d.C o formato dos 'livros' foi sendo alterado, a página (*codex*) paulatinamente substituiu o rolo (*volumen*), e tornou-se o padrão vigente ainda hoje.

lugar, a exposição do texto se faz parcialmente, e o acesso ao texto completo demanda a rolagem de telas dispostas verticalmente, a exemplo dos rolos de papiro e pergaminho. Funcionalidades latentes permitem uma leitura mais ou menos rápida, independente da sequência originalmente imaginada pelo autor.

Mais extraordinária ainda, é a mudança que se faz a partir do hipertexto, que transformou a atividade de leitura de tal forma, a ponto desta passar a ser identificada pela metáfora da navegação: o leitor salta de texto a texto, acompanhando *links* e descobrindo possibilidades que, muitas vezes, o desviam do texto original.

2.1 Bibliotecas: a preservação da palavra escrita

Diversamente da palavra enunciada oralmente, o registro cria volume. E o volume necessita de guarda especial. Assim surgiram as bibliotecas, destinadas a preservar os registros de fatos e conhecimentos acumulados pela humanidade.

Inicialmente confinadas aos espaços de poder religioso e governamental, aos poucos foram deixando esse confinamento, mas sempre mantiveram a aura do especial, do sagrado, ainda que profanas. O conhecimento das letras, e de sua magia, até os tempos modernos, significou distinção entre indivíduos, grupos, classes, seitas... mesmo quando os movimentos de insubordinação à Igreja Católica Romana promoveram a alfabetização das populações, como o meio de acesso à palavra divina, sem a mediação sacerdotal.

As primeiras bibliotecas, tais como Alexandria e depois Pérgamo, tinham como objetivo reunir e preservar todo o saber escrito então existente, numa demonstração cabal do poder de seus reis. Ali os rolos de manuscritos eram preservados em estojos cilíndricos metidos em compartimentos e identificados externamente por etiquetas que remetiam aos títulos da obra contida.

Em Roma da Antiguidade, a grandeza dos césores era comprovada pela abertura, para quem tivesse interesse, de bibliotecas onde ficavam arquivadas as obras produzidas por seus escritores e também aquelas usurpadas nas guerras e saques imperiais. Ainda que restritas a poucos consulentes, elas são referidas como sementes das bibliotecas públicas modernas. Com a queda do império romano, aquilo que era patrimônio secular passou ao controle dos papas e das instituições religiosas. As bibliotecas de mosteiros e abadias tornaram-se guardiãs do tesouro escrito e produtoras de cópias, que eram feitas sob encomenda e pagas a peso de ouro, ou permutadas entre instituições semelhantes após cuidadosas negociações como impunha o valor de cada peça.

A instituição de universidades, com o predomínio da cultura livresca, trouxe como acréscimo a formação de novas coleções e a ampliação dos centros de armazenamento e preservação de

livros. Inúmeras bibliotecas se formaram a partir de então. Mesmo assim, existiam poucas obras em duplicata e as peregrinações dos estudiosos, em busca de autores e títulos importantes, contribuíram para aumentar o intercâmbio entre centros de produção de conhecimento, com a decorrente fertilização de ideias, indutora de novos saberes.

O formato predominante dos manuscritos era o códice, depositado em mesas e prateleiras e guardado em ordem sequencial da aquisição. O catálogo da coleção, conhecido como “livro de tombo” orientava na localização do tomo desejado. Com o passar do tempo e o aumento das coleções devido às facilidades da impressão, foi introduzida nas lombadas a indicação do nome da obra e, mais tarde, o de seu autor. Abriram-se, então, possibilidades de criação dos catálogos impressos de coleções, que arrolavam todo o acervo existente em cada biblioteca.

O período do Absolutismo fez ressurgir a propriedade de acervos pelas casas reais, sementes das futuras bibliotecas nacionais. Livros, mapas, imagens desenhadas e gravadas tornam-se apanágios das riquezas de uma nação e, portanto, tornam-se almejados butins de guerra e valores nas negociações de paz.

O aumento no número de leitores, concomitantemente com o de autores, promove a abertura de salões e casas de leitura, livrarias e bibliotecas frequentadas por pessoas cultas e mundanas, à cata de erudição e/ou diversão. Grandes editoras vêm no mercado livreiro oportunidades para grandes lucros e o escoamento de tiragens pela aquisição por bibliotecas mantidas com recursos públicos, torna-se uma forma de pressão para abertura destas instituições.

O século XIX assiste à implantação de bibliotecas públicas no sentido como são conhecidas hoje. A leitura era apregoada como forma de ilustração, formação de bons costumes e combate ao ócio e vadiagem dos desempregados, especialmente na Inglaterra vitoriana.

A explosão bibliográfica ocorrida no final do século XIX e começo do XX retirou do autor e do título a primazia da localização de obras em acervos. Passaram a vigorar normas de organização por assuntos, catálogos sistemáticos e catalogação padronizada de obras, permitindo intercâmbio entre bibliotecas e o acesso por comutação reprográfica a partir da introdução de máquinas copiadoras junto aos acervos.

No século XXI, as bibliotecas continuam a ser transmissoras da herança do saber construído pela humanidade. Não é por acaso, portanto, que a internet, resultado das inovações tecnológicas para informação e comunicação é referida como uma grande biblioteca universal. A consulta aos acervos disponíveis na internet modifica mais uma vez as formas de escrita e leitura. As possi-

bilidades de acesso ao conhecimento sem fronteiras geográficas e ideológicas permitem falar em democratização da leitura e do acesso à informação, ainda que este discurso escamoteie as restrições políticas (existentes em determinados locais), econômicas (afetando grande parte da população mundial) e, principalmente, linguísticas (afetando todos os internautas do planeta).

O contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade. Pode parecer paradoxal, mas a relevância da cultura letrada e livresca na sociedade contemporânea é atestada pelo fato de que vários sucessos de textos e sítios, divulgados inicialmente apenas na internet, acabem sendo editados como livros e se tornem fenômenos de grandes tiragens.

3 A Leitura e os leitores

Chartier (1994) fala do contraste entre o escrito – conservador, fixo, durável – e as leituras – sempre da ordem do efêmero. Mas, como afirma, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado.” (CHARTIER, 1994, p. 11). Destacam-se aí dois pontos importantes. Um deles, que a leitura não está, ainda, inscrita no texto. O outro, que não há distância pensável entre o sentido imposto ao texto e a interpretação que dele pode ser feita por seus leitores.

Por um lado, os textos não são abstratos, ideais e desprendidos de toda a materialidade. As formas materiais que suportam o texto “[...] contribuem largamente para modelar as expectativas do leitor, além de convidar à participação de outros públicos e incitar novos usos.” (CHARTIER, 1994, p.18). Na medida em que os dispositivos que convidam à sua interpretação se modificam, o texto investe-se de nova significação e *status*.

A leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos de sorte que disposições específicas distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leituras. Dentre as várias séries de contrastes reconhecidas, a principal refere-se às competências de leitura. Além da simples clivagem entre alfabetizados e analfabetos, diferentes normas e convenções de leitura definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação.

3.1 Mobilização dos sentidos na leitura

Pensar a história das práticas de leitura implica em considerar a mobilização dos sentidos como dotada também de historicidade. A partir de um breve panorama, é possível identificar alguns movimentos da organização dos sentidos dentro de uma hierarquia de percepção do mundo.

Em um texto célebre, Platão se refere à percepção do mun-

do pelos homens através de sombras projetadas nas paredes de uma caverna. Essas sombras, como marionetes, teriam seus correspondentes **reais** no exterior, sob a luz do sol. O homem que logra libertar-se das correntes que o prendem no interior da caverna e o impedem de ver a luz que projeta as sombras, com algum custo pode sair e conhecer o mundo inteligível, depois de seus olhos terem se adaptado à luz ofuscante do sol. Sob o céu aberto, este homem tem acesso ao mundo das ideias, das formas reais, do Bom e do Belo, que marcam para sempre seu modo de olhar. Entretanto, essa noção platônica de Ideia não comporta uma dimensão interativa, móvel ou sonora, como o universo das sombras, o mundo cotidiano. Dentre os sentidos, portanto, a visão é aquele através do qual seria possível alcançar a **verdade**, o real, o mundo das ideias platônico.

Posteriormente, encontra-se em Santo Agostinho a comparação da “beleza do curso dos acontecimentos humanos”, com uma “melodia baseada numa harmoniosa variedade de sons”. Em outro tom, e a partir de outra cosmologia, Santo Agostinho substitui as **Ideias**, visuais, de Platão por uma metáfora sonora, da melodia. E, ainda, fala do tempo, da sucessão dos séculos, como um “canto que ninguém é capaz de ouvir na sua integridade”. A dimensão abstrata do tempo é, assim, descrita como uma música, algo que não se pode **ouvir** integralmente, mas que, de todo modo, é perceptível através da audição.

Vale notar, contudo, uma similaridade entre as concepções de Platão e Santo Agostinho: ambas parecem estar lacradas à intervenção humana. Podem ser **vistas** ou **ouvidas**, mas não transformadas, alteradas pelo olhar ou pela audição. As metáforas acústicas de Santo Agostinho, entretanto, vão sendo gradativamente traduzidas por metáforas visuais, muito embora não se trate mais de um mundo das ideias como em Platão, e sim de um mundo empírico em grande medida decifrado, formulado e relatado pelos viajantes.

Dessa maneira, pode-se tomar como exemplo de intersecção entre as legitimidades do **ver** e do **ouvir** a introdução do *Livro das maravilhas* de Marco Polo, escrito em 1298, na qual se assegura que as imensas maravilhas e curiosidades aí narradas são descritas “[...] tal como as viram” os mortais olhos do viajante (POLO, 2006, p.35).

A verdade do relato é assegurada igualmente pela visão e pela audição. O que Marco Polo pôde ver, bem como o que escutou de fontes sinceras, retiram o *Livro das Maravilhas* do fabuloso e do engano. São justamente o ver e o ouvir que lhe possibilitam formular um relato legítimo do mundo, não aparecendo aí uma distância hierárquica significativa entre ambos, embora não prescindam da observação de que as fontes orais sejam confiáveis.

■
²Documento eletrônico.

Já na carta de Cristóvão Colombo, datada de 15 de fevereiro de 1492, na qual descreve ao Rei da Espanha as terras nas quais chegara, lê-se a seguinte observação: “Até aqui não encontrei, nestas ilhas, homens monstruosos como muitos pensavam, mas antes, toda a gente é de muito lindo acatamento” (COLÓN, 2009, p.1)². Assim, Colombo coteja o que ouvira com o que pôde ver, e descreve as Índias a partir de seu olhar, colocando em cheque a validade do que ouvira e, de forma mais direta, coloca o seguinte: “ainda que destas terras tenham falado ou escrito, tudo foi por conjectura, sem alegar de vista [...] os ouvintes escutavam e julgavam mais pelo que ouviram do que pelo pouco que existe nessas terras.” E desta maneira, Colombo justifica sua empreitada à Coroa Espanhola, argumentando que, além dos bens temporais que encontrara no chamado “Novo Mundo”, existiam também povos que, por não serem tão monstruosos conforme se ouvira, poderiam ser convertidos à fé cristã.

A distância entre a validade do que se **vê** e o que se **ouve** é que serve de núcleo argumentativo na carta de Colombo e lhe permite provar, para a Coroa de Espanha, que todo o patrocínio e o esforço em prol de uma viagem aparentemente despropositada não fora em vão.

Ler o mundo, ver ou ouvir o mundo e descrevê-lo pressupõe que – seja ele ideal, sagrado, maravilhoso ou empírico – seja concebido como uma escritura legível, como uma dimensão visível e passível de descrição. E, ainda, que seja ou não alterável, modificável pelo homem. Nos mundos visível e audível de Platão e Santo Agostinho não havia entrada para um expectador ou um ouvinte construtivos. Marco Polo, por sua vez, parece articular o que vira ao que ouvira, para então construir um relato. Essa articulação já indica uma operação de montagem, a armação de um mundo a partir de diversas partes. E, no caso da carta de Colombo, em que o ver se sobrepõe ao ouvir, há uma eleição do modo de interpretação. O olhar é o meio pelo qual o mundo é apreendido.

Essas concepções se assemelham às diversas e históricas práticas de leitura, bem como às funções que a esta prática são delegadas ao longo do tempo. Uma leitura, predominantemente para ser ouvida, com a qual se interage em maior ou menor grau na construção de sentido; outra, mais visual e íntima, que pode ser realizada com submissão, devoção, curiosidade ou ironia... Enfim, as diversas epistemes da leitura indicam pontos de relação com a cosmologia das diversas épocas, bem como com a concepção de texto e com o suporte no qual este apresenta e mobiliza de maneira privilegiada tais ou quais sentidos.

Carlo Guinzburg, em *Olhos de Madeira*, fala de certo “regime escópico” da Modernidade, que estaria marcado pela hegemonia

do olhar. Caberia pensar qual seria, então, a diferença desse regime escópico moderno com a concepção platônica de um mundo visual das ideias. Um palpite acerca da divergência mais marcante entre as duas concepções incide justamente na potencialidade, bem como na possibilidade real, de o homem, o leitor, participar na construção de significado.

Atualmente é **lugar comum** considerar a dimensão polisêmica da leitura, e talvez isso possa ser vinculado à questão moderna da perspectiva. O regime escópico se estabelece tendo a perspectiva como pressuposto: uma mesma coisa pode ser vista de diversas maneiras; um mesmo texto pode ser lido de diversas maneiras e seus sentidos são tão diversos quanto são inúmeras as possibilidades de mirá-lo. E essas possibilidades de interação e construção de interpretações parecem ser exponencialmente mais explícitas no contexto digital.

3.2 Modalidades de leitura

Tomando por base os tipos de habilidades sensoriais, perceptivas e cognitivas envolvidas nos processos e no ato de ler, Santaella (2009) identifica três tipos de leitores. O **leitor contemplativo e meditativo** da era pré-industrial, ao qual associa a imagem expositiva. O **leitor do mundo em movimento**, filho da revolução industrial e dos grandes centros urbanos: o homem na multidão. Ele nasce com a explosão do jornal e com o universo reprodutivo da fotografia e cinema. O **leitor virtual**, que começa a emergir nos novos espaços incorpóreos da virtualidade.

O leitor contemplativo de Santaella (2009) está associado à leitura intensiva predominante até fins do século XVIII, de que falam Chartier (1994) e Darnton (1990). Por sua vez, a leitura extensiva, associa-se ao leitor do mundo em movimento, que surge a partir do século XIX.

O advento de novas tecnologias de informação e comunicação nos coloca diante de um contexto em que as distinções entre escrita, edição e leitura ficam cada vez mais difíceis de se estabelecer. Da mesma forma, ouvir e ler, ou ler e ver tornam-se cada vez mais imbricados. Para além do texto impresso, há uma multiplicidade de leituras e leitores. Ademais, ao leitor-espectador do cinema, televisão e vídeo vieram se somar-se “o leitor das imagens evanescentes da computação gráfica, o leitor da escritura que do papel saltou para a superfície das telas eletrônicas, enfim, o leitor das arquiteturas líquidas da hipermídia, navegando no ciberespaço.” (SANTAELLA, 2009, p.1).

Essa leitura diante do computador obedece a uma lógica totalmente diferente da leitura do texto impresso. A primeira associa-se a uma leitura enciclopédica e hierárquica ao passo que a segunda possui uma lógica espacial e contextual.

3.3 A Leitura digital e leitor virtual

Hoje em dia, as pessoas acessam *sites* para ler alguma coisa, de forma praticamente natural. Elas pouco se dão conta de como realizam essas práticas não-lineares, de sua reação ao navegar no ciberespaço, do que as leva a acessarem determinados *links* e não outros. “A enxurrada de apelos visuais que recebemos nos arrasta por trilhas e caminhos possíveis, mas nem sempre planejados.” (FACHINETTO, 2005, p.4).

Para alguns estudiosos, está-se diante de uma revolução nas estruturas de suporte material do escrito e nas maneiras de ler. Como ressalta Chartier (1999), o códex encerra, no interior de sua encadernação ou capa, o texto que carrega, ao passo que o texto na tela não apresenta fronteiras claras, sendo possível embaralhar, entrecruzar, reunir textos inscritos numa mesma memória. Diversos tipos de mudança foram introduzidos pela revolução digital. A primeira, relativa à ordem do discurso: o computador surge em substituição aos vários suportes de leitura (livro, revista, jornal, diário etc.). É um suporte que não diferencia os vários discursos a partir de sua própria materialidade. Além disso, a tela do computador impõe uma leitura descontínua e fragmentária. A segunda, relativa à ordem das razões: a textualidade eletrônica permite desenvolver argumentações segundo uma lógica baseada em vínculos hipertextuais, não-lineares, além de modificar o modo de atribuir os créditos discursivos (notas de rodapé, referências etc.). E, finalmente, a terceira, relativa à ordem das propriedades: o texto eletrônico é um texto aberto, passível de modificações pelo leitor, de uma re-escritura coletiva (CHARTIER, 2002, *apud* SILVA, 2004, p.370).

A tela informática seria uma nova ‘máquina de ler’, um lugar onde uma reserva de informação possível se realiza, para um leitor específico, através de uma seleção, em dado tempo e lugar (LÉVY, 2003). Por sua vez, a escrita eletrônica - denominada hipertexto - é “um texto móvel, caleidoscópico, que apresenta suas facetas, gira, dobra-se e desdobra-se à vontade frente ao leitor” (LÉVY, 1999, p.56).

Como dispositivos, as tecnologias digitais põem por terra a estabilidade extensiva da escrita impressa. O hipertexto é, por excelência, um recurso de fragmentação. Nesse contexto, o duplo conjunto de variações – tanto nos dispositivos textuais e formais quanto na disposição dos leitores - precisa ser levado em consideração (CHARTIER, 1994). É enorme a variabilidade possibilitada pelo dispositivo formal – a tela de um computador - pela forma de recuperar o texto, pela liberdade de diagramação e de percurso no hipertexto. Some-se a isso, a profusão de recursos que o leitor dispõe para sua leitura, ao ter possibilidade de escolher, a cada

momento, o tipo e forma das letras, o modo de armazenamento do texto, o número de janelas abertas, etc.

Inúmeras são as questões que o advento desse dispositivo coloca: como identificar os sentidos envolvidos na atividade de leitura? Como distinguir entre autor, leitor e editor? Seria este último passível de ser definido sobretudo por sua habilidade tecnológica? O que seria um texto digital? Que objeto e que forma suportam o texto e promovem a leitura? Onde e como estabelecer delimitações entre autor, editor e leitor, no universo digital, com os hipertextos, e das tecnologias de informação e comunicação, com as multimídias?

Há que se levar em conta que se está diante de outro **espaço de escrita**³, que, como tal, condiciona as relações entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto. Se o rolo de papiro ou pergaminho impunha uma escrita e uma leitura sem retornos ou retomadas, o texto nas páginas do códice, com seus limites claramente definidos, tornou possível protocolos de leitura como a divisão do texto em partes, em capítulos, a apresentação de índices, de sumários. Já o computador, cujo espaço de escrita é a tela (ou a ‘janela’), possibilita a criação de um texto fundamentalmente diferente do texto no papel. Nesse espaço, quem escreve ou lê uma ‘escrita eletrônica’ tem acesso, a cada momento, apenas ao que se apresenta no espaço restrito da tela. Portanto, ainda que se faça referência à tela do computador como um **espaço de escrita**, ao contrário da página do códice, que é, de fato, uma unidade espacial, a tela do computador é uma unidade temporal, que “traz significativas mudanças nas formas de interação entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto e até mesmo, mais amplamente, entre o ser humano e o conhecimento.” (SOARES, 2002, p.151).

A representação eletrônica dos textos modifica totalmente a sua condição. Os textos são imateriais e não se encontram em nenhum lugar específico. Eles resultam da livre composição de fragmentos, indefinidamente manipuláveis. No hipertexto, a interação é feita por associações de modo que o sentido de cada argumento, cada texto, depende da relação que se pode criar com outros textos.

4 Leitor, editor e autor nos movimentos da escrita e da leitura

As tecnologias de comunicação eletrônica – o computador, a rede (*a web*), a internet – introduzem modalidades incipientes de práticas sociais de leitura e de escrita. O texto eletrônico é fugaz, transitório e mutável. Como hipertexto, os leitores podem interferir na sua construção na medida em que a produção de textos na tela é livre, além do fato de não haver qualquer controle

■
³No original: “En estas islas hasta aquí no he hallado hombres mostrados, como muchos pensaban, mas antes es toda gente de muy lindo acatamiento” (tradução das autoras).

sobre a qualidade e conveniência do que é produzido e difundido (SOARES, 2002).

O fato de que palavras e imagens digitais tomem a forma de códigos semióticos é fundamental para a definição das qualidades da tecnologia digital. A composição do texto virtual resulta da combinação de códigos binários que são interpretados e projetados a partir da tela do computador.

A autoria está associada às tecnologias de impressão e difusão da escrita e à instauração da propriedade sobre a obra, que se expressa no surgimento da figura do autor. Chartier (1999) situa o nascimento dessa figura no final da Idade Média, quando a legitimação é constituída a partir da atribuição de um autor à existência física do livro. Barthes (2004) também situa o surgimento do autor no fim da Idade Média, porém como resultado da atribuição de prestígio à ‘pessoa humana’ e do reconhecimento do potencial do indivíduo, visto antes como parte de uma massa homogênea. De outra perspectiva, Foucault (1992) considera que a atribuição de um autor às obras surgiu da necessidade de punição àqueles que difundiam idéias tidas como ilícitas ou profanas, associando a sua origem, no final do século XVIII e início do XIX, a motivos coercitivos em face de discursos transgressores. No caso do hipertexto, alguns autores consideram que ele não teria propriamente um autor, mas seria resultado de uma multi-autoria.

Além da questão da autoria, as tecnologias de impressão e difusão da escrita transformam o controle do texto – de sua escrita e de sua leitura. O controle da publicação altera-se radicalmente na cultura da tela, que permite que qualquer um possa colocar na rede, e para o mundo inteiro, o que quiser. O texto torna-se um produto não só do autor, mas também do editor, do diagramador, do programador visual, do ilustrador, de todos aqueles que intervêm na produção, reprodução e difusão de textos impressos em diferentes portadores, como jornais, revistas, livros.

As capacidades do autor e do leitor no texto eletrônico se aproximam, e eles deixam de se identificar com suas definições clássicas. Nesses ambientes, um dos elementos de colaboração resulta da comparação entre as funções de escritor e leitor. O leitor ativo necessariamente colabora com o autor, na medida em que produz um texto a partir das escolhas que faz. Ao navegar pelo sistema, o leitor vai estabelecendo elos e delineando um tipo de leitura. O resultado da escrita são conexões temporárias, construídas no momento da apropriação. A obra só se torna obra no momento em que ela é fruída pelo leitor, sendo a leitura, portanto, um elemento constitutivo na realização do trabalho. A distância entre leitor e autor desaparece nos sistemas colaborativos eletrônicos, já que ambos assumem papéis cambiáveis e a produção do texto é aberta. Não se pode negar que essa dinâmica inovou

as práticas de leitura e autoria tradicionais, tornando tênues as fronteiras da produção textual no interior da qual as noções de autor, texto e trabalho são redefinidas.

5 Considerações finais

Refletir sobre as práticas de leitura implica em considerar os processos de fixação da palavra através da escrita, o que lhe confere maiores possibilidades de atravessar os tempos e, simultaneamente, a dota de autonomia frente àquele que formula o texto. Um dos textos inaugurais a respeito da relação entre retórica, a palavra escrita e o 'pai' dessa escrita é o *Fedro*, no qual Platão sinaliza para alguns males da escrita. Entre eles estaria justamente a questão de que, ao poder circular independentemente de seu autor e falar a um público mais numeroso e muitas vezes distinto daquele para o qual foi escrito, o texto, a escrita, desvincula-se do referente de seu enunciado. Com isso, pode rolar de um lado a outro sem saber a quem se destina, tornando-se passível de ser apropriada por qualquer um.

Essa mobilidade da escrita, como visto, está em grande medida vinculada ao meio que lhe serve de suporte, determinante de sua duração e das possibilidades de circulação. Nesse processo, as bibliotecas cumprem papel fundamental, seja na preservação dos textos ao longo do tempo; seja na possibilidade espacial de sua circulação, do desejo de vencer o espaço, que teria Babel como emblema, e as consequências da punição com a pluralidade das línguas.

Ainda que seja um recurso recente dentro dessa história, a internet dialoga com essas questões e torna patente o que Jacques Rancière (1995) denominou 'perturbação teórica da escrita', que consistiria nessa dimensão simultaneamente 'muda' e 'falante' do texto. 'Muda' porque se desvincula da voz daquele que o formulou, e 'falante' porque, desvinculada desta voz, tem a potencialidade de falar a mais gente, a um público que se estende no tempo e no espaço.

O contexto digital contemporâneo formula sua tipologia de leitor: o leitor virtual é borboleteante; ele não se impregna de um texto, como o leitor intensivo, tampouco dispõe de seu tempo para uma leitura extensiva. A nossa hipótese é a de que esse leitor dispõe de um tempo virtual e que sua leitura é feita nos espaços intersticiais, entre uma atividade com a qual está envolvido e outra para a qual é atraído. O computador é para ele, ao mesmo tempo, instrumento de trabalho, meio de comunicação, recurso de informação e uma fonte de (hiper)textos. Como entretenimento, a leitura é tão nervosa e saltitante quanto são as demais demandas e atividades da vida cotidiana. Tudo se passa como se

o leitor extensivo, que emergiu em fins do século XVIII, tivesse levado às últimas consequências a dessacralização e o consumo dos textos, cuja existência passou a ser absolutamente instantânea.

Entretanto, por contemporâneo que seja, este panorama parece coincidir com o *Livro de Areia* de Borges, que se constrói no instante mesmo de sua leitura, dissolvendo-se imediatamente em seguida. Diluindo os limites entre autor-editor-leitor, a leitura virtual parece ter como residência uma ‘sopa de letras luminosas’, expressão utilizada pelo escritor espanhol Ramón Gómez de la Serna para definir as ruas modernas na primeiras décadas do século XX e sinaliza para características contemporâneas das práticas de leitura, bem como para a natureza luminosa, versátil e móvel de seu suporte.

Notes on reading practices: since the *Book of Sand* till the “soup of luminous letters”

ABSTRACT

The transformations in the *media* of writing resulted in changes in practices, habits and conceptions of reading. The article discusses the path of these movements of writing and reading, aiming to think how the Internet and the hypertext lead to other changes whose main factors were the utilization of auditory and visual resources and of hypertextuality, whose results would be the blurring of distinctions as author-reader-editor, the evanescence of the work done and the multiplicity of resources of perception that are demanded.

KEYWORDS: Practices of reading. Writing and reading technologies. Digital literacy.

Apuntes sobre las practicas de lectura: del *Libro de Areia* hasta la “sopa de letras luminosas”

RESUMEN

El artículo analiza los movimientos de la escritura y de la lectura; reflexiona sobre los cambios derivados de la Internet y de la hipermedia, cuyos factores principales fueron la utilización simultanea de los recursos auditivos y visuales y la hipertextualidad, cuyos resultados fueron el borrado de la distinción entre autor-lector-editor, la naturaleza evanescente de los trabajos, y la multiplicidad de recursos de percepción que han sido requeridos.

PALABRAS CLAVE: Prácticas de la lectura. Tecnologías de la escrita y de la lectura. Literacia digital.

Referências

BARTHES, R. **O Rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BORGES, J. L. **O Livro de areia**. Porto Alegre: Globo, 1928.

CHARTIER, R. **A Aventura do livro**. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **A Ordem dos livros**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Os Desafios da Escrita**. São Paulo, Unesp, 2002.

- COLÓN, C. **La Carta de Colón anunciando el descubrimiento**. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/antologia/XV/colon/>> Acesso em 31 ago. 2009.
- DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FACHINETTO, E. A. O hipertexto e as práticas de leitura. [Em linha]. **Revista Letra**: revista eletrônica de divulgação científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura, ano 2-3, 2. sem. 2005. Disponível em: <http://www.letramagna.com/Eliane_Arbusti_Fachinetto.pdf> Acesso em: 22 jun. 2009.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor?**, Lisboa: Passagem, 1992.
- GOMES DE LA SERNA, R. **Gregerías**, Madrid: Cátedra Letras Hispánicas, 2001.
- GUINZBURG, C. **Olhos de Madeira**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LÉVY, P. **Cibercultura**, Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- _____. **O que é o virtual?**, São Paulo: Editora 34, 2003.
- ONG, W. Writing is a technology that restructures thought. In: BAUMANN, Gerd (Ed.) **The Written word: literacy in transition**. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- PLATÃO. **República**. São Paulo: Escala, 2005.
- POLO, Marco. **O Livro das maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.
- SANTAELLA, L. **A Leitura fora do livro**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/cos/epe/mostra/santaell.htm>> Acesso em 22 jun. 2009.
- SILVA, M. Texto impresso e textualidades eletrônicas. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 29 e 30, p. 369-373, jul./dez 2003, jan./jun 2004.
- SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.81, dez. 2002.

Imara Bemfica Mineiro

Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Doutoranda em Literatura Comparada do Programa de Pós Graduação em Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais (PosLit/UFMG).

E-mail: imarabmineiro@gmail.com

Juliana do Couto Bemfica

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: jucobemfica@gmail.com

Ana Maria Pereira Cardoso

Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP).

Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas).

Pesquisadora no Centro de Investigação Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais (Cidebus-PT)

E-mail: amarcard@gmail.com

Recebido em: 11/08/2010

Aceito em: 11/11/2010